

# AS IMAGENS DE JUNHO DE 2013: UMA DISPUTA PELO BRASIL

DOI: 10.12957/SYNTHESIS.2023.83513

LEANDRO DOS SANTOS MARINHO\*

## Resumo

O presente artigo busca compreender os eventos de Junho de 2013 a partir de um enfoque específico: o embate político-comunicacional entre o midiativismo e os meios de comunicação corporativos na disputa pelo imaginário da sociedade e pelo controle da narrativa sobre os protestos. De um lado, a Mídia Ninja, entendida aqui como sendo a iniciativa midiativista de maior destaque no contexto das manifestações pela notoriedade alcançada, sua legitimidade entre os manifestantes e entre os próprios meios de comunicação hegemônicos e o nível de desafio que estabeleceu para estes últimos. De outro, os veículos de comunicação mais consumidos e de maior alcance do país, aqui representados por dois dos jornais impressos de maior circulação nacional, O Globo e Estado de S. Paulo. São analisadas quatro fotografias consideradas ilustrativas da maneira como esses veículos conceberam as manifestações a partir de perspectivas não apenas distintas, mas conflitantes. Argumenta-se que Junho de 2013 foi um acontecimento extremamente midiático e visual, no qual as imagens tiveram papel fundamental na sua construção e desenvolvimento, e que o embate mencionado refletiu não apenas um enfrentamento entre modelos distintos de comunicação social, mas também o encontro conflituoso entre formas incongruentes de conceber, narrar e representar a política, a sociedade e a nação.

**Palavras-chave:** junho; manifestações; imagens; Brasil; mídia.

## The images of June 2013: a dispute for Brazil

### Abstract

This article seeks to understand the events of June 2013 from a specific focus: the political-communicational clash between media activism and corporate media in their dispute over society's imaginary and the narrative control about the protests. On one hand, Mídia Ninja, here understood as the most prominent media activist initiative in the context of the protests, due to the notoriety it achieved and also its legitimacy among protesters and even among the hegemonic media themselves, and the level of challenge it established for the latter. On the other hand, the most popular and far-reaching media outlets in the country, represented here by two of the newspapers with the largest national circulation, O Globo and Estado de S. Paulo. Four photographs, seen illustrative about how these vehicles conceived the political demonstrations from perspectives not only distinct, but conflicting, are analyzed. It is argued that June 2013 was an extremely media and visual event, in which images played a key role in its construction and

---

\* Doutor e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (OF/RJ). E-mail: leos.marinho@yahoo.com.br.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

development, as well as the aforementioned clash reflected not only a clash between distinct media models, but also the conflicting encounter amid incongruous ways of conceiving, narrating and representing politics, society and the nation.

**Keywords:** June; protests; images; Brazil; media.

Em junho de 2013, um transbordamento de indignação coletiva e uma enxurrada de reivindicações inundaram as ruas e as redes sociais virtuais – esse grande novo campo de disputa política do século XXI. Uma série de manifestações irrompeu em diversas cidades brasileiras e entrou para a história política do país. Hoje, uma década após tais acontecimentos, podemos dizer que, de certa forma, ainda sentimos alguns dos seus reflexos, os quais, assim como os seus significados, seguem longe de serem compreendidos em sua totalidade.

O presente artigo busca a compreensão de tais eventos a partir de um enfoque específico: o embate político-comunicacional entre o midiativismo e os meios de comunicação corporativos na disputa pelo imaginário da sociedade e pelo controle da narrativa sobre os protestos. De um lado, a Mídia Ninja, entendida aqui como sendo a iniciativa midiativista de maior destaque no contexto das manifestações pela notoriedade alcançada, sua legitimidade entre os manifestantes e entre os próprios meios de comunicação hegemônicos e o nível de desafio que estabeleceu para estes últimos. De outro, os veículos de comunicação mais consumidos e de maior alcance do país, aqui representados por dois dos jornais impressos de maior circulação nacional, O Globo e Estado de S. Paulo. Argumenta-se que Junho de 2013 foi um acontecimento extremamente midiático e visual, no qual as imagens tiveram papel fundamental na sua construção e desenvolvimento, e que o embate mencionado refletiu não apenas um enfrentamento entre modelos distintos de comunicação social, mas também o encontro conflituoso entre formas incongruentes de conceber, narrar e representar a política, a sociedade e a nação.

São analisadas quatro fotografias consideradas ilustrativas da maneira como esses veículos conceberam as manifestações a partir de perspectivas não apenas distintas, mas conflitantes. Como muitas fotografias foram publicadas pelos veículos escolhidos, optou-se por privilegiar imagens de características muito particulares, que se verificaram repetidamente em outras fotografias. O conjunto de fotografias apresentado neste estudo é a expressão de uma saturação encontrada na observação e análise das imagens fotográficas produzidas pelos canais midiáticos escolhidos no intervalo delimitado. Deste modo, as fotografias aqui apresentadas são uma pequena amostra que, acredita-se, é representativa da postura adotada pelos *media* analisados. Três das quatro fotografias selecionadas foram produzidas e publicadas nos veículos em questão entre os dias 6 e 30 de junho, período que de fato ficou marcado como uma referência sociológica e histórica pela frequência e intensidade das manifestações ocorridas em 2013. Apenas uma, de autoria da Mídia Ninja, foge a esse critério, mas por uma razão específica: feita durante ato no dia 7 de setembro de 2013, ela, a um só tempo, demonstra que Junho (como fenômeno) não pode ser reduzido a junho (como mês) e reforça o distanciamento entre as perspectivas sobre as manifestações e sobre a própria ideia de nação figurada pelos jornais comerciais e pela Mídia Ninja.

Se existe algo que podemos afirmar sobre o que ocorreu em 2013 é que aqueles acontecimentos seguem em disputa. A parte um conjunto específico de leituras feitas por determinados autores (Singer, 2013; Domingues, 2013; Bringel, 2013, 2017; Bringel; Pleyers, 2015; Tatagiba, 2014; Tatagiba, Galvão, 2019; Alonso; Mische, 2017; Alonso, 2017, 2019; Lima; Sawamura, 2016; Miguel, 2017; Gohn, 2019), os discursos sobre Junho de 2013, desde a sua eclosão até o presente momento, têm oscilado, em sua maior parte, entre dois polos mutuamente excludentes. Por um lado, há quem as encare como uma catarse coletiva, uma demonstração de força legitimamente popular que representou uma chance não aproveitada de aprofundamento da democracia no país e redução das desigualdades. Por outro lado, há aqueles para os quais o espírito dos protestos foi absolutamente antipolítico, conservador e, no limite, digno de ser chamado de fascista.

Tal polarização ainda hoje se verifica em comentários nas redes sociais virtuais, nos jornais e em publicações acadêmicas. Não há sequer consenso sobre como nomear as manifestações. Muitas designações foram dadas, como “revolução dos 20 centavos”, como chamou o diário britânico Financial Times: “REVOLUÇÃO dos 20 centavos' mostra que 'fantasia acabou””, diz

Financial Times (BBC, 2013), “revolta do Vinagre”, como chamaram muitos usuários das redes sociais (em alusão à repressão da polícia) e “movimento dos indignados”, como chamado por Gohn (2015). Houve ainda quem afirmasse que o que estava em curso se tratou da “maior revolta popular da história brasileira” (Braga, 2013, p. 81). Aos indiferentes, não passou de mero “impulso de imitar manifestações semelhantes em outros países que haviam ocorrido recentemente” (Reis, 2017, p. 28-29). Aos nada simpáticos ao evento, há quem diga que tudo não passou de uma “grande fraude” (Souza, 2015) e quem lhe atribuisse uma “equação fascista” (Santos, 2013).

O termo que, no entanto, teria e continua a ter maior adesão é ainda outro: “Jornadas de Junho”. Ocorre que a expressão “Jornadas de Junho” possui uma história que não pode ser ignorada. Originalmente ela designa o movimento revolucionário ocorrido em junho de 1848 nas ruas de Paris capitaneado pelos trabalhadores franceses, que ergueram barricadas por toda a cidade contra os rumos conservadores que a efêmera Segunda República francesa tomara com a burguesia em seu comando. Marx chegou a defini-las como “o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias” em seu O 18 Brumário de Luís Bonaparte (Marx, 2011, p. 34). Desde então, falar em “Jornadas de Junho” tem significado se remeter a fatos históricos de natureza e grandeza extraordinária e específica.

De minha parte, entendo que somente a coincidência relativa à época do mês em que ocorreram episódios totalmente díspares não é o suficiente para que uma denominação de tamanha carga histórica e sociológica seja repetida, sob o risco de sua banalização. Enquanto o primeiro evento teve pretensões revolucionárias, o segundo passou distante disso. Por esse motivo, o leitor não verá neste trabalho a expressão “Jornadas de Junho” sendo utilizada como uma referência às manifestações de junho de 2013 no Brasil. Com isto, de modo nenhum se busca minimizar a importância dos referidos acontecimentos. Trata-se apenas de uma escolha analítica calcada no raciocínio exposto. De qualquer forma, resta evidente, por conseguinte, que mesmo uma questão basilar e aparentemente simples, como qual nome determinar para o fenômeno em análise, na verdade, revela a complexidade do tema e a possibilidade de leituras não só distintas, mas absolutamente divergentes. Isto não impediu, porém, que tais acontecimentos rapidamente adquirissem o *status* de um “conceito”. Hoje é possível falar em “Junho de 2013” de modo que a lembrança mais imediata não seja outra senão a das ruas das cidades brasileiras tomadas por manifestantes. Assim, creio que seja possível se referir ao fenômeno em questão apenas como “Junho” ou “Junho de 2013”, dando peso ao substantivo “junho”, tornando-o substantivo próprio para particularizar a sua experiência e defini-lo como um marco na história recente brasileira.

Junho é parte de um processo. Afirmary isso significa dizer que ele não se resume ao que ocorreu no mês de junho de 2013. Junho não foi fenômeno espontâneo. Os protestos que tomaram o país, as páginas dos jornais, os noticiários televisivos e que têm ocupado as preocupações de analistas os mais diversos desde 2013 foram em grande medida resultantes de insatisfações latentes que haviam se acumulado ao longo dos anos de governo lulista. Tais insatisfações acharam pico naquele ano e derivavam de contextos e grupos distintos que, à medida que as manifestações se adensavam, transformaram-se em frentes inimigas. Nesse sentido, Junho foi produto de um encontro entre campos muito diferentes entre si, cujas ações, como o tempo mostraria, seriam decisivas na conformação dos embates políticos que hoje se encontram em metástase no tecido social brasileiro.

Junho, entretanto, também foi um acontecimento, no sentido de que essa noção tem sido utilizada na filosofia contemporânea – e aqui me coloco em concordância com a original interpretação de Rodrigo Nunes (2014). Em certa tradição de pensamento que vai de Heidegger a Rancière, passando por nomes como Foucault, Deleuze, Derrida e Badiou, por exemplo, encontramos uma interpretação mais ou menos comum sobre a noção de acontecimento que nos remete à irrupção do novo, de uma força singular capaz de promover descontinuidades à causalidade, temporalidade e historicidade lineares. Nesta literatura, o acontecimento é, portanto, ruptura e, ao mesmo tempo, instaurador de novas regularidades, inserindo no sujeito e no objeto, simultaneamente, o que emerge como novidade. Em todos esses sentidos Junho foi um acontecimento. Em movimento, Junho estabeleceu uma cisão com os eventos que lhe antecederam e com a cadeia de causalidades que poderiam ser interpretadas como as razões

exclusivas de sua irrupção. Mas, de outra maneira, em toda a sua complexidade, multicausalidade, polissemia e contradições, instaurou um novo momento na política brasileira.

Podemos dizer que, em pelo menos três sentidos distintos, Junho representou uma importante inflexão para a sociedade e a política brasileira, tornando-se um ponto a partir do qual podemos dividir a história recente do país em um antes e um depois. Em primeiro lugar, Junho de 2013 abriu uma das maiores e mais profundas crises de legitimidade das instituições e do sistema político da história da república brasileira, que, podemos dizer, culminou com a eleição de um presidente em tudo antidemocrático e antirrepublicano, tomado, porém, como uma alternativa *anti-establishment*, “autêntica” e legitimamente popular, Jair Bolsonaro. Neste ponto é necessário esclarecer: aqui nos distanciamos das interpretações sobre Junho que o consideram o “ovo da serpente” da democracia brasileira como aquelas que foram oferecidas por Jessé Souza e Marilena Chauí, por exemplo. Em tais interpretações encontramos a afirmação de que, em Junho, teve início uma reação conservadora e autoritária, protagonizada por uma classe média indignada com a corrupção, que encontrou desfecho no golpe levado a cabo contra a presidenta Dilma Rousseff e, posteriormente, na eleição de Bolsonaro. Evidentemente, não seria razoável afirmar uma total desconexão entre os fatos, como se Junho pudesse ser entendido como um acontecimento portador de uma essência imaculada a salvo das impurezas dos eventos que lhe sucederam, devendo ser analisado em suspenso na história. Entretanto, a assertiva desqualificadora que define Junho a partir de uma suposta natureza “conservadora” e “autoritária”, justificando-a a partir do estabelecimento de uma relação causal entre momentos que, embora distintos, possuiriam o mesmo agente central, peca pelo seu excesso de linearidade na análise histórica e, principalmente, por desconsiderar elementos fundamentais das manifestações referentes tanto a sua composição social e política quanto a sua agenda.

Ainda que a certa altura de 2013 um contingente de parca experiência política e/ou mais alinhado ao campo político das direitas e o tema da corrupção tenham adquirido grande destaque – e aqui, como defendo, é fundamental compreender como as experiências locais de São Paulo, onde havia maior organização de grupos liberais, conservadores e autoritários, e, em menor medida, do Rio de Janeiro, foram tomadas, sobretudo, pelos grandes meios de comunicação, como representativas de um fenômeno que, afinal, foi nacional –, as manifestações tiveram participação essencial de uma massa de trabalhadores precarizados e ativistas e militantes pertencentes às esquerdas e reivindicações que, embora fossem variadas, eram bastante concretas nas suas exigências por melhores condições de vida e responsividade institucional. Ademais, nos anos subsequentes, traduzindo certo espírito do tempo, Junho teve notável impacto sobre atos, movimentos, iniciativas e estratégias políticas importantes que se desenvolveram na esteira de seu legado mais progressista, como as manifestações organizadas contra a realização da Copa do Mundo em 2014, as greves de vários segmentos de trabalhadores, as ocupações e o surgimento ou fortalecimento de movimentos sociais e coletivos ativistas alinhados ao combate a desigualdades sociais, com notório destaque às lutas antirracista e feministas. Se, a partir de 2015, o sentimento de rejeição ao sistema político permanece, agora, porém, com as grandes manifestações passando a ter um caráter mais homogêneo e com maior protagonismo das direitas, ao ponto de a memória social a respeito dos acontecimentos desde 2013 apresentar-se de maneira condensada, amalgamando e cristalizando processos heterogêneos, isso se deve menos a uma suposta “essência conservadora”, que já poderia ser avistada em Junho, do que a uma disputa vencida por ampla margem por quem buscava desde o início afirmar que o significado de Junho era justamente esse. Isto é, se Junho e o futuro que lhe sobreveio estão inegavelmente conectados, isso não resulta de uma teleologia em que “a vitória da direita” poderia ser facilmente antevista, mas de uma série de disputas determinantes travadas em diferentes campos que não foi vencida pelas esquerdas. Como argumento, um dos campos mais importantes dessas disputas foi o da comunicação, o que ficará mais claro à medida que o texto for avançando.

Em segundo lugar, Junho produziu uma inflexão importante para a sociedade brasileira porque também inaugurou um ciclo de megaprotostos que não se viam desde os primeiros passos da redemocratização, caracterizado, sobretudo, pela ocupação massiva das ruas e que, perdurando até 2018, acompanhou a crise referida e a ela esteve intimamente ligado. É possível olhar para esse período e visualizar nele tanto a existência de um único ciclo com diferentes momentos (Gohn, 2019) como constatar que o que na verdade ocorreu foi uma sucessão de diferentes ciclos

que, embora interligados de alguma forma, possuem diferenças decisivas que o impedem de ser amalgamados (Alonso; Mische, 2016; Alonso, 2017).

Seja como for, é certo que, desde 2013, a cultura política brasileira se viu alterada pela realização cada vez mais comum de protestos organizados segundo uma lógica de repertórios de ação caracterizada por atores coletivos mais ou menos descentralizados, maior protagonismo e influência das agências individuais, repertórios midiáticos e performáticos e a possibilidade sempre presente da multiplicidade de demandas e causas. Seguindo a tipologia de Alonso e Mische (idem), podemos dizer que, basicamente, esses protestos, variados em suas inspirações ideológicas, objetivos e estética, têm lançado mão de três tipos de repertório de ação coletiva: i) um autonomista, acionado por novos coletivos, movimentos sociais e grupos de esquerda e anarquistas, no qual são valorizadas ações diretas, a descentralização, a anti-hierarquia, o anticapitalismo e o antiestatismo, tudo isso associado a estilos de vida alternativos; ii) um socialista, em que se encontram práticas e estratégias clássicas de movimentos sociais tradicionais, sindicatos e partidos políticos de esquerda, como o uso de megafones, carros de som e uma organização verticalizada; e iii) o repertório patriota, típico de protestos de grupos liberais, conservadores e autoritários, que têm apostado na recuperação da simbologia nacional e em uma agenda semelhante ao das Diretas Já, do Fora Collor e da Marcha da família com Deus pela Liberdade, focando suas reivindicações na moralização da política e, no limite, nos pedidos por intervenção militar. Nesse sentido, podemos afirmar que Junho, por um lado, oxigenou a participação popular na cena política, com a multiplicação de ocupações, greves e manifestações pelas principais avenidas do país protagonizadas por grupos autônomos, coletivos, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos à esquerda, principalmente no imediato pós-2013, e, por outro, também ofereceu as condições para que as diretas brasileiras ganhassem novo corpo e espírito nos últimos anos.

Isso nos leva à terceira perspectiva a partir da qual Junho pode ser entendido como um acontecimento que provocou uma inflexão para a sociedade e a política nacional. Não apenas no Brasil, mas em diferentes países pelo mundo, é notável a forma como na última década e meia, pelo menos, a produção midiática, sobretudo de imagens, adquiriu lugar central na política. Se há séculos a utilização de meios de comunicação social tornou-se ação precípua nas dinâmicas das disputas políticas, o que há hoje é uma mudança fundamental na escala com que tais recursos têm sido utilizados. A ampliação do acesso a recursos midiáticos, a partir da popularização de equipamentos tecnológicos e do baixo custo associado ao seu uso, tem redundado na pluralização das formas de comunicação e produção de informação e conteúdos midiáticos (Recuero, 2009). Aliada ao crescimento acelerado do acesso à internet, temos visto a consolidação de uma esfera comunicacional, em que coexistem a comunicação interpessoal, a comunicação de massas (pensada tradicionalmente como sendo unidirecional, com ênfase, mormente, no papel da imprensa) e uma autocomunicação de massas (caracterizada pelo envio de mensagens de muitos para muitos) (Castells, 2011).

Na esteira de tais transformações, inicialmente como consequência, mas hoje já como fator de retroalimentação dos outros dois processos, houve uma expansão sem precedentes na produção, circulação e consumo de imagens. Um dos reflexos mais notáveis dessa combinação pode ser identificado no modo como os meios de comunicação hegemônicos têm procurado se adaptar cada vez mais a uma nova realidade. Hoje, qualquer cidadão, munido de um *smartphone* e com acesso à rede mundial de computadores, é capaz de, em qualquer parte do mundo, registrar um evento qualquer e compartilhar seu registro em suas redes sociais virtuais, podendo, a depender do conteúdo e do interesse social sobre o que é compartilhado, pautar o trabalho jornalístico estabelecendo uma relação dinâmica em que ora são os veículos de comunicação que oferecem os temas a serem abordados nas redes sociais virtuais, ora são as redes sociais virtuais que oferecem os temas que devem estar na ordem do dia da imprensa.

Os mais diferentes movimentos sociais, coletivos, ativistas, partidos e políticos profissionais têm percebido o poder das redes sociais virtuais e, principalmente, das imagens numa época em que os indivíduos estão virtualmente mais conectados do que nunca e cada vez mais estimulados por visualidades. É possível afirmar, tal como Nicholas Mirzoeff (2003) o fez, que hoje as imagens seriam protagonistas do nosso tempo, assim como o romance teria se destacado como a principal forma de expressão do século XIX. No contexto das manifestações de Junho, a disputa

que tivemos entre os meios de comunicação hegemônicos e meios alternativos de acesso à informação, com destaque para os coletivos midiativistas, deu origem a uma nova configuração do campo (entendido aqui no sentido bourdieusiano, ou seja, como um campo de forças em que há assimetrias de poder e conflitos constantes na busca pela transformação ou conservação do *status quo* (Bourdieu, 1997, 2004)) da comunicação no país. O sucesso e a grande repercussão de novos atores com ampla capacidade de difusão de informações em 2013 impulsionaram o surgimento de novas iniciativas do gênero e a apropriação cada vez maior desse tipo de trabalho por parte de segmentos não especializados. De lá para cá, são muitos os exemplos de veículos que, sob diferentes alinhamentos ideológicos, proliferaram no Brasil, atingindo seu pico – até o presente momento – com a emergência de uma grande rede de disseminação de informações falsas, sobretudo, através das redes sociais virtuais. Desde 2013, o que temos visto é uma ampliação e um aprofundamento das disputas no campo comunicacional sobre como comunicar, o que comunicar, para quem comunicar e como representar fenômenos e sujeitos sociais. Fundamental nesse contexto tem sido a intensificação da utilização de imagens – fotografias, vídeos, memes, cartazes, símbolos etc.

Mas o que há exatamente em comum entre esses três processos – a crise de legitimidade das instituições políticas, as mudanças nos padrões da cultura política brasileira a partir do início de um ciclo (ou de diferentes ciclos) de megaprotestos e a transformação radical na escala com que a produção midiática, sobretudo, imagética, tem incidido sobre a política – para além do fato de terem irrompido com Junho? Todos eles refletem, em maior ou menor grau, uma disputa que, se não começou em 2013, a partir dali adquiriu outra proporção, e desde então foi se decantando até o estado atual de coisas, em que observamos antagonismos mais claros e, ao mesmo tempo, mais complexos: uma disputa pela nação, por sua imagem, seu imaginário, significados e rumos. Essa disputa encontrou lugar privilegiado e decisivo, começando a tomar a forma com a qual tem se apresentado até hoje, justamente na cobertura midiática sobre os eventos de 2013. Ali se opuseram, pela primeira vez, de maneira explícita e em uma dimensão ainda não vista até aquele momento, duas maneiras de apresentar e representar a nação: a primeira, mais conservadora, lançou luz sobre o que há de comum entre nós, apostando em um nacionalismo cívico e no recurso aos símbolos nacionais oficiais e mais tradicionais; a segunda, desafiando a outra, valorizando a diferença, a condição heterogênea e fragmentada da nação, que expõe as suas fraturas advindas das opressões contra grupos historicamente marginalizados (pobres, negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA+ etc.).

## FENÔMENO MIDIÁTICO E VISUAL

Talvez, uma das melhores formas de compreender Junho seja, como sugerem Rudá Ricci e Patrick Arley (2014), optar por um caminho interpretativo que adote uma perspectiva racional, lógica, linear e cumulativa, ao mesmo tempo que não se abre mão de considerar toda a polissemia, heterogeneidade e descontinuidades do fenômeno em questão. Assim, seria possível valorizar o acúmulo de acontecimentos anteriores sem deixar de lado as rupturas e os intervalos nos quais mesmo toda consideração a partir de uma perspectiva histórica e cumulativa se mostra insuficiente diante da pluralidade de motivações e grupos envolvidos, dos dissensos e das disputas.

A lista de protestos que ocorreram pelo Brasil somente nos anos mais imediatos que antecederam 2013 é longa. À direita, poderíamos destacar que apenas no período compreendido entre a posse de Dilma e maio de 2013, ao menos 46 movimentos foram criados para se opor ao petismo e às esquerdas e para se colocar a favor da moralização da política e do Estado mínimo, havendo também quem, no limite, reivindicasse intervenção militar (Alonso, 2019). Dentre os setores mais afetos às esquerdas e às lutas populares, havia mobilizações por diferentes partes do país. Em Belo Horizonte, desde 2010, o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa<sup>1</sup> (Copac) já promovia reuniões públicas e organizava suas ações na capital mineira. No Rio de Janeiro, a Marcha dos Povos que, durante a Rio+20, em 2012, reuniu 80 mil pessoas (Galvani, 2012). No mesmo ano, em Recife, teve início o movimento Ocupe Estelita, que desafiava as remoções que ocorreram no Loteamento São Francisco, em Camaragibe, na região metropolitana de Recife, e o polêmico Projeto Novo Recife, centro da controvérsia em torno dos armazéns do Cais José Estelita. Por diversas categorias, as greves de trabalhadores também se multiplicavam: em 2012, atingiram o maior número desde 1997, e, em 2013, as mobilizações feitas por trabalhadores do

setor privado quase triplicaram no país em relação ao ano anterior – aumento passível de ser correlacionado às manifestações de Junho, mas que também confirma uma tendência de crescimento nas atividades grevistas<sup>2</sup>.

Mas, embora se possa argumentar que o país estivesse em um estado de somatização de insatisfações, não havia indícios claros de que protestos com a magnitude daqueles que tivemos em Junho pudessem vir a acontecer. Os protestos, apesar de recorrentes, salvo raras exceções, não tinham grande aderência, repercutindo muito mais em nível local de cidades e estados. Como muitos analistas salientaram à época, corroborando pesquisas de opinião, muitos governadores, prefeitos e a presidente tinham avaliação bastante positiva da sociedade. Em sendo assim, se, por um lado, a consideração dos descontentamentos e eventos que foram se acumulando ao longo dos anos anteriores a 2013 nos fornece evidências bastante razoáveis para que Junho não seja entendido como produto simples e exclusivo de mero acaso ou vontade súbita, por outro, não se mostra suficientemente capaz de nos explicar por que e como tão rapidamente milhões de pessoas foram às ruas levando consigo reivindicações tão diversas. Afinal, se já se empilhavam razões para grandes protestos há tempo suficiente – e isto considerando somente um período recente –, por que eles eclodiram somente em junho de 2013? É aqui, porém, que a trilha coerente em que os fatos se encadeiam, permitindo uma reconstituição dos acontecimentos, se encontra com um atalho incongruente, descontínuo e não linear, e no qual o domínio das imagens demonstra ser uma arma política fundamental. Para compreender tal encontro, é necessário, entretanto, insistir um pouco mais na reconstituição da cadeia de eventos que nos ajudam a entender como Junho foi possível, para depois chegarmos novamente a outro ponto em que encontramos novamente a mesma ruptura.

Quando as manifestações chegaram a Rio de Janeiro e a São Paulo – as duas maiores, mais populosas, mais ricas e mais midiaticamente privilegiadas capitais do país (esta última, uma característica fundamental à análise aqui apresentada) –, outras manifestações contra o aumento das tarifas no transporte público já haviam acontecido em cidades como Porto Alegre, Manaus, Natal e Goiânia. Chegando ao Rio e, principalmente, a São Paulo, no entanto, os protestos ganhavam outro nível de repercussão, adesão e intensidade. Na capital paulistana, entre os dias 6 e 13 de junho, período que pode ser considerado como a primeira fase dos acontecimentos de junho na capital paulistana, foram organizados quatro protestos, os quais contaram com a presença de 2 mil pessoas no primeiro ato, ao menos 5 mil pessoas nos dois seguintes e, no último, estimase que houve participação de 20 mil pessoas, segundo a organização do evento – para a Polícia Militar de São Paulo, no entanto, teriam sido 5 mil (Singer, 2013). Em nenhuma outra cidade registravam-se atos com a mesma frequência em intervalo tão curto, tampouco com a mesma assiduidade de protestantes.

Em seus primeiros momentos, Junho teve um protagonismo que, sem dúvidas, esteve a cargo de uma nova esquerda de classe média, não institucionalizada, admiradora de formas de organização e práticas políticas autonomistas, horizontalistas e descentralizadas – havendo aí destaque para o Movimento Passe Livre – e de grupos anarquistas. Em um segundo momento, porém, apareceram simultaneamente os mais pobres, moradores de favelas e periferias, a esquerda tradicional, representantes das classes médias tradicionais mais próximos ao centro e às direitas, dando tintas de conservadorismo aos protestos, e ainda grupelhos mais reacionários e inclinados à extrema direita. Repentinamente, era como se as manifestações tivessem se transformado em “Jornadas de Juno” – analogia um tanto quanto satírica utilizada por André Singer (2013, p. 32) –, em que cada um enxergava no que acontecia nas ruas e nas redes a forma de uma deusa diferente. Até o dia 13 de junho, o foco central das manifestações eram a contestação pelo aumento das passagens e a reivindicação pelo passe livre, bandeiras com aceitação da sociedade e complexidade distintas. Após a ação da polícia militar em São Paulo nesse mesmo dia, esse cenário se altera radicalmente. As imagens que viralizaram por todo o país e no exterior geraram indignação e solidariedade e funcionaram como uma fâsca em um barril de pólvora. As fotos e vídeos sobre os acontecimentos na capital paulista foram decisivos na liberação de uma tensão que se acumulava anos a fio. A exploração delas, por diferentes perfis midiativistas e veículos de comunicação corporativos, foram fundamentais na transformação de Junho em um evento para a história. Mas se é possível questionar o porquê de essas imagens em específico terem gerado tamanha comoção, naquele momento e não em outros, afinal, não estávamos diante de fato novo

– a violência policial é uma realidade normalizada no Brasil, sobretudo, para negros e pobres –, é preciso considerar exatamente as circunstâncias nas quais elas emergiram.

Em primeiro lugar, devemos considerar o contexto internacional. As manifestações de Junho aproximavam-se em muito de outros movimentos de protestos que se desenvolveram em outros países em anos anteriores e no próprio decorrer de 2013. A Primavera Árabe, iniciada na Tunísia em 2010 e depois espalhada para Egito, Bahrein, Iêmen, Líbia e Síria. O *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, o Movimento 12 de Março (ou Geração à Rasca) em Portugal, o Movimento 15 de Março na Espanha, a ocupação da Praça Syntagma na Grécia, e a mobilização dos estudantes secundaristas no Chile, em 2011. As revoltas na Turquia, em 2013. No espaço de três anos, todos esses eventos que se deram em países com contextos muito diferentes entre si apresentaram similaridades importantes e deixaram a sensação de haver um mal-estar coletivo se expressando em diversos pontos do globo.

Na avaliação de Manuel Castells, estivemos ali diante da emergência de um novo padrão de construção e comportamento de movimentos sociais. Em comum entre essas experiências haveria uma série de características: a ocupação massiva de espaços urbanos públicos; a valorização da autonomia e da horizontalidade nas formas de se organizar e atuar, em detrimento da natureza burocrática e da estrutura rígida e verticalizada das instituições e das organizações tradicionais, como os partidos políticos; a conexão em rede de múltiplas formas, tanto on-line quanto off-line; o caráter simultaneamente local e global, articulando demandas que dizem respeito a problemas regionais, nacionais e globais; a viralidade de suas ações, verificada na difusão de suas mensagens e imagens por meio da lógica das redes da internet; a multiplicidade de reivindicações; e a busca por uma transformação geral da cultura, da sociedade e, sobretudo, do Estado, sem que necessariamente tenham a pretensão de se apoderar dele (Castells, 2011, p. 159-166). A eclosão desses protestos e movimentos distantes espacialmente uns dos outros, mas, ao mesmo tempo, tão próximos temporalmente, foram fundamentais na criação de uma sensação de um mesmo movimento global, que, por mais que pudesse ser apenas superficial, de certa forma, oferecia inspirações e aspirações comuns.

Em segundo lugar, o momento específico em que as manifestações ganharam volume no Brasil também contribuiu de forma decisiva. Houve uma confluência única de fatores. Àquela altura, o PT já havia completado uma década à frente do governo federal, com expressivos avanços alcançados em diversas áreas, mormente, nas políticas afirmativas, na economia, na redução da pobreza e na formulação de políticas participativas. Em contrapartida, no entanto, havia incômodos de diferentes ordens com a administração petista. Como mencionado anteriormente, havia insatisfações à direita e à esquerda. Entre os segmentos mais conservadores e liberais, as críticas tinham um conteúdo, sobretudo moral, e direcionavam-se às acusações de corrupção contra o governo petista – nomeadamente o episódio que ficou famoso sob a alcunha de “mensalão”, caso de corrupção de grande repercussão midiática que abalou o primeiro governo Lula e que tirou do torpor as forças conservadoras e elevou a outro nível o engajamento e a mobilização à direita. Justamente àquela época, eram cada vez mais constantes as notícias sobre o mensalão, em virtude da retomada de seu julgamento pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro.

Já entre os setores à esquerda, havia inúmeras críticas em relação aos gastos e aos preparativos para a realização dos megaeventos, que envolviam remoções, a reivindicação por participação popular, sujeição de cidades à lógica da especulação imobiliária, beneficiamento de empreiteiras por meio de generosos contratos de prestação de serviços, superfaturamento de obras, ausência de efetiva proteção quanto aos direitos trabalhistas dos trabalhadores envolvidos nas construções e reformas etc. Governos federal, estaduais e municipais incorporaram os discursos propagandeados pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) e pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), segundo os quais tanto as Copas como as Olimpíadas seriam “janelas de oportunidades” impreteríveis que, mesmo demandando largos investimentos públicos, resultariam em um valoroso “legado” para o país. A Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) representavam justamente a tentativa de reforçar a imagem do país como uma nação harmônica, pacífica, próspera e moderna por meio do orgulho nacional estimulado pelos esportes e da suposta capacidade intrínseca ao povo brasileiro de ser cordial, gentil e hospitaleiro em relação ao mundo. Protestar naquele momento significava ter a atenção do mundo e maiores chances de exercer pressão sobre as diferentes esferas decisórias.



Ademais, mesmo com o saldo relativamente positivo das experiências participativas, zonas de conflito entre governo, população e iniciativa privada, como infraestrutura, transporte e mobilidade urbana, foram deixadas de lado e aprofundaram sua tendência de pouca permeabilidade à fiscalização cidadã. Como se não bastassem todos esses descontentamentos, o governo federal deu grande contribuição para que as manifestações contra o aumento das passagens ganhassem visibilidade ao adiar inusualmente para o meio do ano o reajuste tarifário anual. Como ressalta Lúcio Gregori (Borba et al., 2013), nesse movimento, a administração federal jogou luz sobre a questão e demonstrou certa fragilidade diante da oposição, da mídia e dos movimentos que vinham contestando ano após ano os incrementos nos preços das passagens.

Em meio a esse contexto – e esse é o terceiro grande ponto sobre o qual é necessário ter atenção na análise sobre o conjunto de fatores que, naquele exato momento, foram decisivos para a irrupção de Junho – o Brasil passava por uma transformação profunda naquilo que se refere à organização e à mobilização de grupos políticos. Um olhar em retrospectiva, privilegiado pelo seu distanciamento temporal e pelo conhecimento dos acontecimentos posteriores, hoje, é capaz de nos deixar perceber que havia já em progressão um complexo caldo de cultura anti-*establishment* para o qual os partidos políticos e os movimentos sociais tradicionais soavam como espaços engessados e desatualizados frente aos desafios emergentes do século XXI. Com efeito, o Brasil passava por uma transformação no modo de se organizar e protestar e no perfil dos sujeitos das ações de protesto que desde o fim do primeiro mandato de Lula dava indícios de que as ruas estavam deixando de ser “vermelhas”, isto é, que a esquerda tradicional organizada em partidos, movimentos sociais, sindicatos e entidades organizadas de maneira verticalizada estava perdendo o seu monopólio. Nasciam coletivos e movimentos sociais organizados que, de acordo com preceitos horizontalistas, bastante influenciados por ideais de contracultura e autônomos em relação às organizações que tipicamente exerceram o papel de pressionar governos, estruturas estatais e elites econômicas, mostravam-se dispostos a disputar os caminhos das cidades, dos estados e do país.

Importante ainda foi o avanço do Facebook como a rede social virtual mais utilizada pelos brasileiros e a sua transformação em uma rede cada vez mais imagética. Em razão dos avanços obtidos nos governos petistas, o acesso à internet crescia galopantemente no Brasil, junto à popularização de computadores, smartphones e notebooks. Entre 2012 e 2013, o Brasil era o país que mais crescia no número de usuários do Facebook, a plataforma mais importante na organização e divulgação dos protestos. Naquele momento, eram aproximadamente 76 milhões de usuários nessa rede, número acima daqueles registrados em países como Índia e Japão (Sbarai, 2013). Esse crescimento esteve diretamente ligado à expansão experimentada pelo site desde 2006, quando passou a aceitar o cadastro de qualquer pessoa acima de 13 anos, tornando-se em 2008 a rede social virtual mais utilizada em todo o mundo. Ademais, mudanças na plataforma aplicadas desde 2007 tornavam o Facebook cada vez mais popular e, portanto, um espaço cada vez mais importante a ser ocupado e disputado politicamente. A inclusão dos celulares como forma de acessar o site, a criação do famoso botão de “Curtir”, a limpeza visual em sua estética, a opção de um serviço de *check-in* em que os usuários podem compartilhar a sua localização, a implementação de uma “Linha do Tempo” organizando os conteúdos cronologicamente nas páginas dos usuários e a criação de uma ferramenta de detecção de rostos tornaram o Facebook uma plataforma de intenso compartilhamento de imagens. Não por acaso, a rede seria eleita pela Mídia Ninja e por outros coletivos midiativistas, movimentos sociais, coletivos de ativistas e manifestantes como a plataforma mais adequada para o compartilhamento de conteúdos sobre as manifestações.

É justamente no seio dessa conjuntura que a Mídia Ninja nasce, adquire notoriedade e se estabelece como a principal fonte alternativa e combativa de informação sobre as manifestações no Brasil, destacando-se como um dos atores mais importantes da ecologia de Junho. A partir de uma crítica simultaneamente contra-hegemônica, pautada na acusação do viés ideológico e do controle oligopolista da mídia hegemônica e expressivista, que entende que a produção da informação deve servir como instrumento de emancipação e reapropriação da própria fala (Cardon; Granjon, 2010), os midiativistas ninjas tiveram como missão autoincumbida reportar pela internet, a partir de um ponto de vista explicitamente antagonista ao da mídia convencional, os episódios relacionados às manifestações. Assim, atuaram em um papel triplo: como

manifestantes, como incitadores e convocadores dos protestos, incentivando a participação e replicando as convocatórias dos grupos organizadores dos atos, e, sobretudo, como emissores de narrativas que buscaram representações contra-hegemônicas não apenas sobre as manifestações, mas também sobre a sociedade brasileira. Assumindo de saída a sua parcialidade, a defesa explícita de bandeiras historicamente ligadas às esquerdas, a Mídia Ninja transformou-se no principal meio a partir do qual movimentos, coletivos e grupos de militantes e ativistas puderam ter visibilidade, ainda que precária e momentaneamente. Ao se utilizar das redes sociais virtuais como espaço de intervenção política, veiculando o que se passava nas ruas, o coletivo midiativista foi um dos principais responsáveis pela adesão massiva aos protestos, reportando reivindicações e violações cometidas contra os manifestantes através de vídeos, transmissões ao vivo dos protestos e fotografias.

Ao longo das primeiras manifestações ocorridas no mês de junho, a imprensa hegemônica brasileira, por sua vez, foi uníssona: condenação sem compreensão das cenas de violência e rebeldia que ocorriam nos protestos, criminalizando os manifestantes e as manifestações, ao mesmo tempo que lhes esvaziava de seus objetivos e sentidos políticos, infantilizando as reivindicações. Num primeiro momento, a cobertura jornalística sobre os protestos esteve nitidamente destituída de uma visão plural e contextualizada dos fatos. Apesar da pretensão de imparcialidade, as narrativas discursivas e visuais utilizadas pelos veículos mais tradicionais escolheram retratar, na grande maioria das vezes, episódios cujos significados pudessem ser associados imediatamente à violência e ao vandalismo: confrontos entre manifestantes e policiais, barricadas com fogo, manifestantes mascarados.

No dia 7 de junho de 2013, pela primeira vez, os grandes jornais do país puseram em evidência os protestos contra o aumento das passagens de ônibus. Nas edições dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo, as manchetes destacam o fato de a agência de classificação de risco de crédito Standard and Poor's (S&P) ter rebaixado a perspectiva de dívida do Brasil de estável para negativa, o que afetaria a credibilidade do país ante o mercado financeiro. Nada, porém, chama tanto a atenção quanto a imagem que estampa as capas de ambos os diários. No registro, um dos momentos de maior tensão do primeiro grande ato contra o aumento das tarifas de ônibus na capital paulistana: na esquina das Avenidas Nove de Julho e Vinte e Três de Maio, catracas alegóricas, feitas de madeira e pneus, são queimadas junto a cones de trânsito, formando uma barricada para impedir a aproximação da polícia (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Capa O Estado de S. Paulo de de junho de 2013



Fonte: O Estado de S. Paulo (2013a).

Figura 2 – Capa O Globo, de 7 de junho de 2013



Fonte: O Globo (2013a).

Das muitas imagens possíveis para retratar o protesto ocorrido na noite do dia 6 de junho em São Paulo, a escolhida por dois dos jornais de maior circulação do país, sem dúvidas, é uma fotografia provocativa. O enquadramento escolhido pelo fotógrafo focaliza duas pessoas que estão no ato de arremesso de um sinalizador de trânsito às chamas, enquanto ao fundo se veem, do outro lado da barricada que se constrói, outros manifestantes que parecem apenas observar a atuação em tela. Registrados por trás, as silhuetas e o fogo estão em evidência no primeiro plano da imagem. Não é possível ter certeza sobre o grau de exposição da lente da câmera à luz, mas estamos diante de uma foto que, por ter sido feita à noite, naturalmente possuiria uma saturação e uma iluminação baixas, não fosse justamente o fogo, protagonista que robustece a imagem, embora reduza a riqueza de detalhes de informação da fotografia. O tom mais avermelhado que a fotografia adquire realça a relação de contraste entre as regiões mais claras e escurecidas da foto, delineando melhor as silhuetas dos elementos que compõem a imagem. Mais do que isso, a sensação de estarmos diante de um lugar em chamas – o centro de São Paulo e seus prédios – se exacerba. As cores quentes dominam a imagem apresentada, tornando-a intensa e vibrante, chamando a atenção do espectador, impelindo-o a reagir diante de um evento não trivial.

Em editorial publicado no dia 8 de junho, o Estadão condenou enfaticamente a ação dos manifestantes:

Não passou de um festival de vandalismo a manifestação de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem, que na quinta-feira



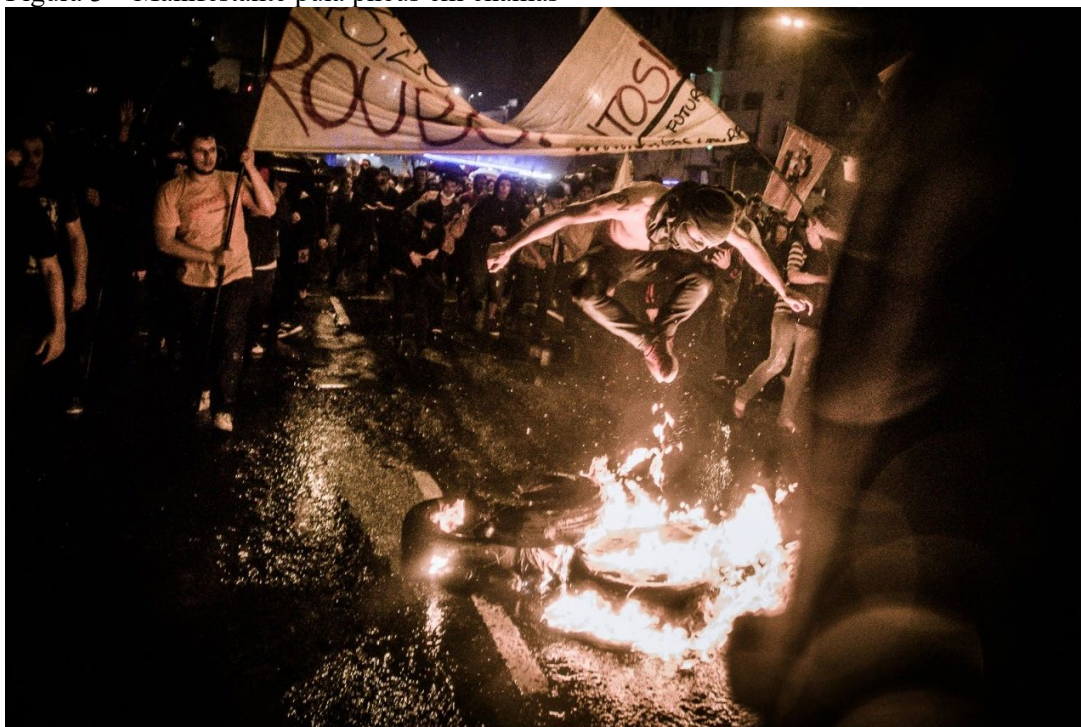
paralisou importantes vias da capital paulista, entre 18 e 21 horas.[...] Para não ficar mal com os chamados movimentos sociais, por razões políticas, as autoridades têm tolerado os seus desmandos. Agora mesmo, o prefeito Fernando Haddad, em vez de condenar o vandalismo promovido pelo Movimento Passe Livre, se apressou a informar que está aberto ao diálogo. Vai discutir com esse bando de vândalos a tarifa zero? (O Estado de S. Paulo, 2013b).

O Globo, por sua vez, em pequena pincelada editorial no dia 13 de junho também foi taxativo:

REGIME DAS liberdades, a democracia tem anticorpos legais para se proteger de efeitos indesejáveis das próprias liberdades. TODA VEZ que alguém, algum grupo rompe regras instituídas de convivência, o Estado precisa usar o monopólio da força. OS VÂNDALOS e anarquistas que têm atuado na série de manifestações no Rio e em São Paulo, com depredações e danos ao patrimônio cultural e histórico da cidade, precisam conhecer estes limites usuais da democracia (O Globo, 2013b).

Se nos jornais e telejornais de grande audiência o que se via era a condenação sem compreensão das cenas de violência e vandalismo que ocorriam nos protestos, nos perfis da Mídia Ninja e de outros coletivos midiativistas havia uma valorização das manifestações e dos manifestantes. Fotografias icônicas que posteriormente ilustraram livros e chegaram a exposições e aos acervos de museus sublimavam ações performáticas e discursos que faziam circular a ideia, o sentimento e a impressão de que havia uma revolta (para alguns, uma revolução) em curso, contribuindo para o seu crescimento. Protagonistas de suas imagens eram aqueles que predominaram nos primeiros dias e que lançavam mão de repertórios de protesto típicos de tradições anarquistas/autonomistas e socialistas/comunistas, cada qual com sua estética e simbologia própria – roupas pretas, capuz, máscaras e lenços no rosto, no caso dos primeiros; bandeiras e camisas vermelhas, megafones e carros de som, no caso dos últimos.

Figura 3 – Manifestante pula pneus em chamas



Fonte: Mídia Ninja (2013a).

Essa fotografia (Figura 3), publicada no dia 12 de junho de 2013, na página oficial da Mídia Ninja no Facebook, ilustra bem o que se diz. A imagem apresenta o momento exato em que um homem com rosto coberto salta pneus de carros em chamas. Toda a sua composição valoriza o ato que, embora simples, é altamente performático. O uso de um ISO alto, bem como o seu tratamento e a coloração aplicada carregam a imagem de dramaticidade, com contraste bastante acentuado. O enquadramento não usual ao jornalismo tradicional e a capacidade de registrar fotograficamente o manifestante em pleno ar, congelando um momento em movimento, exaltam o desafio ao *status quo* está posto no que se reivindica ao governo, na ação que foge ao script do “bom cidadão” e no que se faz ver e não seria visto nos veículos predominantes.

No seu enquadramento também percebemos um expediente muito utilizado em muitas fotografias ninjas, qual seja, o uso de uma angulação que, ao invés de evitar a presença de informações excedentes (como o corpo de uma pessoa que, em tese, poderia atrapalhar a visualização do que a fotografia pretende mostrar), tira proveito delas e permite pensar que a fotografia em questão foi feita em meio à multidão, em um contexto de dificuldades. Além de valorizar o trabalho do próprio fotógrafo, o uso dessa perspectiva engrandece as manifestações – quanto mais gente, maior a sensação de que elas representam o sentimento geral do povo – e ilustra a condição privilegiada da própria Mídia Ninja de poder transitar livremente entre os manifestantes e no núcleo das manifestações, ao contrário dos profissionais das grandes emissoras e jornais.

Mas a imagem em questão tornou-se icônica, sobretudo pela sua visualidade. A ação registrada se apresenta não somente como um ato que pode ser visto como de violência deliberada ou do que se entende por vandalismo, mas, para além disso, como um ato performático. Não há nenhuma grande consequência em saltar sobre uma fogueira em meio a uma marcha política, exceto pelo seu simbolismo. O manifestante que usa a sua própria camisa para encobrir seu rosto salta sobre o fogo, olhando para ele e dando-se a ver numa expressão corporal que atrai a atenção de muitos dos que estão a sua volta. Em chamas, justamente um dos símbolos do transporte privado: pneus de carros. Atrás da cena em foco, a faixa que exhibe uma mensagem enfática que representa o espírito principal das manifestações até aquele momento – “R\$ 3,20 é roubo”. O desafio ao *status quo* está posto no que se reivindica ao governo, na ação que foge ao script do “bom cidadão” e no que se faz ver e não seria visto nos veículos predominantes. Assim, a plasticidade da ação que atrai a atenção dos outros manifestantes, do próprio fotógrafo e a nossa, também convida a audiência a participar daquele momento. Mais do que mera contemplação, há provocação à opinião e à reflexão, podendo gerar o repúdio contra o que pode ser considerado somente um ato de incitação à desordem ou uma compreensão mais profunda sobre as razões que tornaram aquela cena possível, ou à ação que, mesmo a contrapelo, pode despertar – ainda que seja pela via da fetichização – algum apetite pela rebeldia.

Quando, no dia 13 de junho, a violência policial atingiu até mesmo profissionais dos veículos de comunicação corporativos, tudo mudou. Até Junho, o MPL já havia feito diversas manifestações pelo país desde a sua criação em 2005, sempre com maior repercussão local e uma tímida visibilidade nacional oferecida pelos veículos de comunicação convencionais. Mesmo nos primeiros dias de junho, tudo levava a crer que esse roteiro se repetiria. As manifestações caminhavam para ser apenas mais uma sequência de protestos de um grupo político organizado em torno de ideais de esquerda. O grande fato novo em 2013 foi precisamente a aparição da Mídia Ninja, que transformou o cenário midiático e impulsionou as manifestações. Após a ação truculenta da Polícia Militar de São Paulo, a atuação da Mídia Ninja foi fundamental na difusão dos acontecimentos através das imagens e por meio das redes sociais.

As imagens sobre os abusos cometidos por policiais reverberaram por dias nos veículos de comunicação, nas redes sociais virtuais e no imaginário de manifestantes e mesmo de não manifestantes, transmutando as manifestações de modo a torná-las atrativas, instigantes, amplificando o seu impacto. Fotografias e vídeos fizeram com que as causas em jogo tivessem projeção para além do espaço e do tempo em que ocorriam, causando impacto sensorial e um sentimento de necessidade de ação urgente, gerando uma identidade afetiva que somente poderia se concretizar na presença do corpo no espaço comum e/ou no engajamento nos espaços e redes de comunicação digital. Combinadas, imagens e redes sociais virtuais potencializaram as manifestações e abriram-nas à participação massiva. Foi exatamente nesse processo que os

protestos deixaram de ser apenas sobre o preço das passagens ou sobre o direito de se manifestar. Foi também precisamente nesse momento que explicações fundadas exclusivamente em uma lógica cumulativa e linear passaram a ser insuficientes para compreender Junho. No que sobrevém ao dia 13 de junho de 2013, após os eventos que se sucederam, principalmente em São Paulo, o que temos não é a simples soma de vetores em uma direção única, mas o exercício de forças em direções múltiplas, inclusive contrárias.

Embora o recurso às redes sociais virtuais para fins estratégicos fosse um ato político de enfrentamento ao monopólio e à manipulação das informações praticadas pelos grandes conglomerados empresariais do setor da comunicação, o seu uso em Junho, visando ao engajamento e à participação, acabou sendo demasiado indiferenciado. A difusão de imagens e o chamamento às manifestações por meio de eventos públicos criados no Facebook e compartilhados em outras plataformas abriram as ruas para quem estivesse disposto a expressar publicamente suas insatisfações. Somados à obstinação pela horizontalidade e pela autonomia, atraíram a participação de diferentes atores, de origens econômicas e sociais, vivências e experiências políticas distintas, redundando em uma profusão de pautas, inclusive excludentes entre si, e na aparição concomitante de grupos conservadores e reacionários.

A convocação horizontalizada e a organização fluida deram origem a lideranças e comunidades provisórias baseadas em identidades afetivas entre os manifestantes. À medida que as manifestações cresciam, novos grupos tomavam a dianteira no chamamento à população e, sem muitos custos, em pouco tempo atraíam milhares de pessoas a eventos no Facebook. E esse processo continuava mesmo com os protestos literalmente em curso. A difusão de imagens, a interação e a conectividade possibilitavam um acompanhamento em tempo real e a oportunidade de se somar às marchas mesmo com elas em andamento, podendo mesmo ocorrer certo “enxameamento cívico” – para ficarmos numa tradução livre da expressão cunhada por David Ugarte (2008) “*swarming civil*” – que em questão de horas ou minutos pode se desfazer. A partir de determinado ponto, as manifestações passaram a se configurar a partir de múltiplos eventos, laços, redes e motivações que se retroalimentavam, mesmo quando havia oposição, e amplificavam pequenos estímulos, reverberando um sentimento de indignação amplamente disseminado em diversas camadas. De repente, todas as causas passaram a ser as mais urgentes, e, para demonstrar tal urgência, era preciso demonstrar também força e insubordinação. Não havia mais um fio condutor ou uma amarração que conduzisse os protestos em uma unidade mínima possível em torno de um objetivo.

Em meio a essa etapa caótica do processo de Junho, a Mídia Ninja costurou os eventos que se apresentavam e que eram representados em suas lentes por meio de um olhar desnaturalizador sobre a ideia de nação.

Figura 4 – Ato na Câmara dos vereadores do Rio de Janeiro



Fonte: Mídia Ninja. Leonardo Coelho (2013b).

No dia 7 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro, manifestantes se juntaram a #OcupaCâmaraRio, ocupação – outra forma de protesto que se popularizou pelo país após Junho – sob a forma de um acampamento feito nas escadarias da Câmara Municipal da cidade e na praça da Cinelândia, em mais um dos protestos que ocorriam pelo país naquele dia (Figura 4). O ato somava-se às mobilizações do Grito dos Excluídos, um conjunto de manifestações populares que, desde a década de 1990, sempre na semana do dia da independência brasileira, ocorre em diversas cidades brasileiras reivindicando a inclusão social e o direito à cidadania de grupos marginalizados. Essa fotografia traz um registro do referido ato. Em sua composição, vemos ao fundo o prédio da Câmara e os manifestantes, que, entre faixas e cartazes, vestem-se predominantemente de preto, numa recusa à utilização do verde e amarelo em um dia tão simbólico. Mas o que chama verdadeiramente a atenção é a bandeira nacional, tremulando e ocupando o terço superior esquerdo da foto. Nela, o verde, o amarelo e o azul estão sobrepostos por manchas disformes em um tom de vermelho similar ao do sangue humano. Dado o contexto, essas manchas são a representação do sangue daqueles que são indesejados e têm a sua parte negada na nação. Simbolizam a violência, exclusão social e indignidade a que são submetidos negros, pobres, mulheres e indígenas. Lembram que, se existe algo que se possa chamar de “povo brasileiro”, vinculado a um Estado nacional independente e soberano em um Estado democrático de direito, há aqueles aos quais se nega o direito a ter direitos como parte desse povo. Explicitam, por trás do ideal positivista que apregoa “ordem e progresso” e da unidade sugerida pelo símbolo nacional, os conflitos, a subjugação de grupo oprimidos. A imagem, portanto, é luta pela memória.

Na contramão desse tipo de percepção, não apenas sobre as manifestações, mas sobre a própria sociedade brasileira, consolidando a distância, a oposição e a disputa entre midiativistas e veículos de comunicação corporativos, temos a capa da edição do dia 23 de junho – quando os protestos já haviam se massificado – do jornal O Globo (Figura 5).



Figura 5 – Capa d’O Globo no dia 23 de junho de 2013



Fonte: O Globo (2013c).

Essa capa foi uma das mais emblemáticas do período em que as manifestações alcançaram o seu pico de participação e impacto na sociedade. A manchete afirma: “juventude desiludida”. Em destaque absoluto, a fotografia de dois jovens, brancos e loiros, sobre os quais não seria exagero supor que pertencessem à classe média ou à classe alta. O rosto da menina está coberto, mas desta vez não há associação com o vandalismo, a violência ou a barbárie. Não há chamas, nem vândalos. Não há o preto das roupas e bandeiras de jovens que afrontavam as forças policiais. Tampouco, o vermelho de partidos e movimentos sociais de esquerda, expulsos das manifestações. Há o verde e o amarelo e olhares e expressão que transmitem indignação. Na parte superior da capa, o jornal apresenta o seu time de colunistas fixos, que buscam oferecer respostas à agitação nas ruas e nas redes. O tema é apenas um: Junho. E para O Globo, o rosto de Junho, isto é, a imagem, a representação de Junho, naquele momento, eram os rostos dos jovens que estampavam sua capa do dia 23 de junho. Dava-se luz a uma nova narrativa sobre Junho. Onde se via apenas detração, quando determinados grupos chegaram em bloco às ruas e fizeram sentir sua presença também nas redes digitais, o discurso e a forma de representar imagetivamente mudaram completamente e passaram a exaltar os protestos como uma demonstração de força cidadã e democrática como há tempos não se via no país.

Desde então, a estética patriota passou a ser vinculada insistentemente a um sentimento de desafio à ordem imoral que seria própria da política e de sua classe. Essa capa aponta para uma desilusão da juventude. Mas, afinal, quais seriam suas causas? Os elementos textuais que acompanham a fotografia no centro da capa e complementam o seu sentido nos dão pistas. Primeiramente, o título da imagem: “Brasil, mostra a tua cara”. A alusão não é desprovida de sentido, tampouco se dá apenas em função do rosto coberto da jovem. A referência clichê à canção

protesto, eternizada na voz de Cazuzu (Cazuzu; Israel; Romero, 1988), primeiramente traz à memória o momento em que ela foi composta, durante a transição do regime militar à democracia, momento de contestação política e de esperanças quanto aos rumos do país. Nos versos de “Brasil”, encontramos o mesmo sentimento que a fotografia transmite: “Grande pátria / Desimportante / Em nenhum instante / Eu vou te trair / Não, não vou te trair”. A chamada para a matéria no interior do jornal, logo abaixo, complementa para não deixar dúvidas: “os últimos 14 dias que abalaram o Brasil deixaram uma mensagem clara: o sentimento contra a política tradicional” – leia-se a corrupção e a ineficiência do Estado e dos governos petistas, temas explorados à exaustão pela imprensa desde a revelação do mensalão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Junho foi um evento extremamente midiático e visual. Lembrar Junho é lembrar as milhares de imagens que foram feitas sobre ele e que, afinal, lhe constituíram. Nos jornais, nos telejornais, nas redes sociais virtuais, nos livros, no imaginário de quem ocupava as ruas ou de quem apenas observou à distância, onde quer que o tema estivesse em pauta, lá estavam as imagens ocupando lugar central. Elas foram fundamentais tanto na edificação do acontecimento Junho em si quanto na sua recepção pelos diferentes setores da sociedade. Modelaram a experiência de Junho, impeliram à participação, instigaram reflexões, subsidiaram interpretações. Forneceram enquadramentos possíveis para as manifestações de modo a torná-las atrativas, amplificando seu impacto. Embora investidas, em sua maioria, de um caráter documental, informativo e/ou denunciativo, já que produzidas a partir da pretensão jornalística, nelas também encontramos uma incontornável dimensão estética que institui em sua potência a capacidade de, na sua relação com o espectador, provocar variados sentimentos e reflexões. Ao mesmo tempo em que foram apresentadas como registros probatórios, não raro tomados como irrefutáveis, as imagens foram utilizadas para fazer ver, iluminar determinados aspectos que sem elas poderiam permanecer obscuros, indignos de atenção, provocando.

Entre os manifestantes e simpatizantes à(s) causa(s) elas serviram como instrumento de denúncia, mobilização, comprovação, crítica, sensibilização e afirmação de valores, imaginários, estéticas e projetos políticos de sociedade. As próprias *performances* dos indivíduos e grupos envolvidos contavam com a virtualidade da circulação de imagens a seu respeito, produzidas ou não por eles próprios – o que valeu para anarquistas, autonomistas, esquerdistas tradicionais, conservadores, liberais, adeptos da tática *black bloc* e para qualquer um que fosse às ruas disposto a reivindicar algo. Mais do que a simples ocupação do espaço público, visando à transformação de problemas sociais em problemas públicos (Gusfield, 1981), os manifestantes de Junho reivindicaram a opinião pública e o imaginário social com o auxílio fundamental das imagens. A mobilização de estéticas, símbolos, cartazes, faixas, palavras de ordem, ocupação das ruas e das redes e a criação de coreografias foram acionadas na tentativa de dar visibilidade às lutas, demandas e grupos que buscavam conquistar ou ampliar seu poder de influência sobre as decisões políticas. Em sua atitude reivindicativa, os manifestantes de Junho representavam, política e performaticamente, também para as câmeras. Assim, os protestos tiveram projeção para além do espaço e do tempo em que ocorriam, estimulando um sentimento de necessidade de ação urgente, gerando uma identidade afetiva que somente poderia ser concretizada na presença do corpo no espaço comum e/ou no engajamento nos espaços e redes de comunicação digital. Assim, as imagens cumpriram papel importante na organização, convocação e divulgação dos protestos, permitindo uma difusão maior de informações estratégicas sobre eles.

No embate exposto entre midiativistas e veículos de comunicação corporativos, elas também foram instrumentalizadas para outras disputas, que, se não deixavam de estar contidas em Junho, lhe extrapolavam em muito. O que estava em jogo nas narrativas produzidas era o país, a própria ideia de nação, de comunidade imaginada (Anderson, 2008). Projetos políticos antagônicos de sociedade e nação foram refletidos em fotografias que privilegiaram e tomaram como protagonistas diferentes segmentos sociais. Da mesma forma que nas fotografias publicadas por O Estado de S. Paulo e O Globo não estavam representados como os rostos da resistência os sujeitos contra-hegemônicos e subalternizados que a Mídia Ninja buscou retratar, nas fotografias publicadas pela Mídia Ninja também não houve espaço para representações heroicas de sujeitos conservadores, liberais e reacionários privilegiados pelas narrativas visuais de dois dos jornais de

maior circulação do país. Embora isoladas não possam ser tomadas como simples traduções da realidade, pois não fazem jus à complexidade dos eventos, essas narrativas nos ajudam a compreender o fenômeno na medida em que provocaram deslocamentos sobre os discursos sobre Junho e de fato influenciaram na sua construção enquanto acontecimento.

Junho foi um fenômeno complexo, multifacetado, polissêmico. Foi parte de um processo que lhe era anterior e que seguiu seu curso após ele. Foi também foi um acontecimento, causador de rupturas e inflexões. Durante um pequeno, mas intenso intervalo, foram protestos que conseguiram integrar setores diferentes, às vezes completamente opostos, às vezes minimamente parecidos em seu comportamento e na forma como expressam e canalizam sua indignação. Isto deu à Junho um caráter multifacetado e complexo. Cada grupo envolvido nas manifestações interpretou e criou experiências diversas do próprio movimento. Assim, existiram diversos Junhos, sendo as próprias manifestações um objeto múltiplo. Evidentemente, o Junho dos moradores de favela não foi o mesmo Junho dos povos originários, bem como em relação a estes esteve por muito distante o Junho da classe média indignada com a corrupção que foi às ruas de verde e amarelo. E é justamente pelo fato de ter sido um objeto de múltiplas faces que Junho foi também objeto de disputas. E por mais que a narrativa que privilegiou o nacionalismo cívico e a estética patriota de grupos conservadores, liberais e autoritários tenha saído vitoriosa e siga com grande tração na sociedade brasileira, os significados de Junho e do seu legado seguem sob disputa.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, São Paulo, p. 49-58, jun. 2017.
- \_\_\_\_\_. A gênese de 2013: formação do campo patriota. *Journal of Democracy* em português. v. 8, n. 1, maio 2019.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. “Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests”. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, abr. 2017, p. 139-280.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BBC. *Notícias*. REVOLUÇÃO dos 20 centavos' mostra que 'fantasia acabou', diz 'Financial Times'. 20 jun. 2013. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130620\\_imprensa\\_ft\\_fl](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130620_imprensa_ft_fl)>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo: São Paulo, 2013. p. 59-63.
- BRINGEL, Breno. O Brasil na geopolítica da indignação global. *Brasil de Fato*, São Paulo, 27 jun. 2013.
- BRINGEL, B. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In: BRINGEL, B.; PLEYERS, G. (Org.). *Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 23-30.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, v. 259, p. 4-17, 2015.
- CARDON, D.; GRANJON, F. *Médiactivistes*. Paris, França: Presses de Sciences Po, 2010.
- CASTELLS, M. Autocomunicación de masas y movimientos sociales en la era de internet. *Revistes Científiques de la Universitat de Barcelona*. Anuari del conflicte social, Barcelona, p. 11–19, 2011. Disponível em: <<https://is.gd/8vf4fX>>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- \_\_\_\_\_. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAZUZA; ISRAEL, George; ROMERO, Nilo. *Brasil*. Rio de Janeiro: Universal Music, 1988.
- DOMINGUES, José Maurício. *O Brasil entre o presente e o futuro: conjuntura interna e inserção internacional*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

- GALVANI, Maria Denise. Organizadores comemoram adesão de 80 mil pessoas na Marcha dos Povos. *UOL*, 20 jun. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2012/06/20/marcha-dos-povos-reune-80-mil-pessoas-no-centro-do-rio.htm>>. Acesso em: 18 out. 2023.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes, 2019. 294 p.
- GREGORI, Lúcio. Mobilidade e tarifa zero. In: BORBA, Maria et al. (Org.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- GUSFIELD, J. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*, Chicago: Un. of Chicago Press, 1981.
- LIMA, Pedro Luiz; SAWAMURA, Mateus H. F. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das “Jornadas de junho” de 2013. *Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política*, n. 13, p. 91-119, 2016.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÍDIA NINJA. *Facebook*, 12 jun. 2013a.
- MÍDIA NINJA. Leonardo Coelho. *Facebook*, 7 set. 2013b.
- MIGUEL, Luis Felipe. Democracia fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da ciência política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre (RS): Zouk, 2017.
- MIRZOEFF, Nicholas. *Una introducción a la cultura visual*. Barcelona, España: Paidós Iberica, 2003.
- NUNES, Rodrigo. Geração, acontecimento, perspectiva. Pensar a mudança a partir do Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, dez. 2014. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/geracao-acontecimento-perspectiva/>>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- O ESTADO DE S. PAULO. *Acervo digital*, 7 jun. 2013a. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130607-43697-nac-1-pri-a-1-not>>.
- O ESTADO DE S. PAULO. Editorial, 8 jun. 2013b.
- O GLOBO. *Acervo digital*, 7 jun. 2013a. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130607>>.
- O GLOBO. *Acervo digital*. Editorial, 13 jun. 2013b.
- O GLOBO. 23 jun. 2013c. Primeira página, *Capa*. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130623>>.
- RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- REIS, Fábio Wanderley. Crise política: a “opinião pública” contra o eleitorado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre (RS): Zouk, 2017. p. 15-44.
- RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.
- SANTOS, Fabiano Guilherme M. Primavera Brasileira ou Outono Democrático? *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32-38, 2013.
- SBARAI, Rafael. Facebook alcança marca de 76 milhões de usuários no Brasil. *Veja*, 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tecnologia/facebook-alcanca-marca-de-76-milhoes-de-usuarios-no-brasil>>. Acesso em: 18 out. 2023.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos - CEBRAP* [online], n. 97, p.23-40, 2013c.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992, 2013. Sobre ciclos de protesto e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, set./dez. 2014.
- TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública* [online], v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- UGARTE, David de. *O poder das redes*. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

## NOTAS EXPLICATIVAS

---

- <sup>1</sup> O comitê de Belo Horizonte foi o único a adotar a palavra “atingidos” em seu nome. De acordo com Ricci e Arley (2013), essa nomenclatura foi fundamental para que o movimento tivesse um foco e articulasse as vítimas das intervenções urbanas.
- <sup>2</sup> Os dados relativos aos números de greves no país no período mencionado podem ser encontrados nos balanços realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2012; 2013).

Recebido em junho de 2023  
Aprovado em outubro de 2023